

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, mas que por opção da Administração da Companhia foi apresentada, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.536	6.811	Fornecedores		3.623	4.484
Clientes	5	7.469	5.184	Empréstimos	13	105.740	86.150
Despesas antecipadas	6	759	774	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.802	1.808
Tributos a recuperar		35	39	Obrigações sociais e trabalhistas		1.465	1.093
Outros créditos		<u>101</u>	<u>72</u>	Partes relacionadas - fornecedores	14	3.082	2.452
Total do ativo circulante		<u>12.900</u>	<u>12.880</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.514	1.451
				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	17.d)	74	81
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção	15	8.361	1.512
Tributos diferidos	11.a)	1.243	2.343	Outras contas a pagar		<u>2.763</u>	<u>3.763</u>
Depósitos judiciais	8	1.147	1.042	Total do passivo circulante		<u>128.424</u>	<u>102.794</u>
Partes relacionadas	14	3	-				
Outras contas a receber	7	20.574	18.610	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	12.156	12.136	Tributos diferidos	11.a)	-	931
Intangível	10	<u>119.585</u>	<u>100.196</u>	Provisão para manutenção	15	8.801	11.027
Total do ativo não circulante		<u>154.708</u>	<u>134.327</u>	Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	16	3.960	3.759
				Partes relacionadas	14	<u>160</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>12.921</u>	<u>15.717</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a)	15.600	15.600
				Reserva de lucros - legal	17.b)	3.120	3.120
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	17.c)	54	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.d)	<u>7.489</u>	<u>9.976</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>26.263</u>	<u>28.696</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>167.608</u>	<u>147.207</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>167.608</u>	<u>147.207</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
RECEITA LÍQUIDA	18	208.473	179.283
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(87.726)	(77.558)
LUCRO BRUTO		<u>120.747</u>	<u>101.725</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	19	(17.848)	(15.333)
Outras receitas, líquidas		<u>-</u>	<u>16</u>
		(17.848)	(15.317)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>102.899</u>	<u>86.408</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	1.175	1.610
Despesas financeiras	20	<u>(9.030)</u>	<u>(7.753)</u>
		(7.855)	(6.143)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>95.044</u>	<u>80.265</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(31.728)	(25.379)
Diferidos	11.b)	<u>(168)</u>	<u>(1.439)</u>
		(31.896)	(26.818)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>63.148</u>	<u>53.447</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	21.a)	<u>4,05</u>	<u>3,43</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.148	53.447
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>63.148</u>	<u>53.447</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	<u>Reserva de capital</u> Plano de opção com base em ações	<u>Reservas de lucros</u> Legal	<u>Dividendos adicionais</u> propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		15.600	-	3.120	22.910	-	41.630
Dividendos distribuídos (R\$1,47 por ação)	17.d)	-	-	-	(22.910)	-	(22.910)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.447	53.447
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	17.d)	-	-	-	-	(1.123)	(1.123)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,71 por ação)	17.d)	-	-	-	-	(42.348)	(42.348)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,64 por ação)	17.d)	-	-	-	9.976	(9.976)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		15.600	-	3.120	9.976	-	28.696
Plano de opção com base em ações		-	54	-	-	-	54
Dividendos distribuídos (R\$0,64 por ação)	17.d)	-	-	-	(9.976)	-	(9.976)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.148	63.148
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	17.d)	-	-	-	-	(1.079)	(1.079)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,50 por ação)	17.d)	-	-	-	-	(54.580)	(54.580)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,48 por ação)	17.d)	-	-	-	7.489	(7.489)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>15.600</u>	<u>54</u>	<u>3.120</u>	<u>7.489</u>	<u>-</u>	<u>26.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.044	80.265
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	11.663	8.591
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	88	1.709
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e obrigações fiscais	7.383	6.261
Constituição de provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	805	3.219
Constituição de provisão para manutenção, líquida	7.225	5.488
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	867	667
Plano de opção com base em ações	54	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.285)	(1.078)
Tributos a recuperar	4	(14)
Despesas antecipadas	15	(68)
Outros créditos, depósitos judiciais e outras contas a receber	(2.098)	(18.648)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(861)	2.376
Obrigações sociais e trabalhistas	372	107
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(6)	433
Partes relacionadas - fornecedores	787	1.087
Pagamentos de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(604)	(3.758)
Outras contas a pagar	(1.000)	872
Pagamentos de manutenção	(3.469)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.665)	(25.320)
Juros pagos	(8.293)	(5.737)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>74.026</u>	<u>56.452</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.489)	(2.805)
Aquisição de intangível	<u>(27.671)</u>	<u>(25.451)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(31.160)</u>	<u>(28.256)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos	26.000	44.000
Pagamento de empréstimos	(5.500)	(5.500)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>(65.641)</u>	<u>(66.301)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(45.141)	(27.801)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.275)</u>	<u>395</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.811	6.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.536	6.811
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.275)</u>	<u>395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	195.648	168.931
Com construção	28.744	23.632
Outras receitas	<u>1.079</u>	<u>1.423</u>
	<u>225.471</u>	<u>193.986</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(70.706)	(63.852)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(13.354)	(12.847)
Outros	<u>-</u>	<u>15</u>
	<u>(84.060)</u>	<u>(76.684)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>141.411</u>	<u>117.302</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(11.663)</u>	<u>(8.591)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>129.748</u>	<u>108.711</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.175	1.610
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>130.923</u>	<u>110.321</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>130.923</u>	<u>110.321</u>
Pessoal	<u>9.852</u>	<u>7.597</u>
Remuneração direta	8.164	6.028
Benefícios	1.345	1.247
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	343	322
Impostos, taxas e contribuições	<u>48.893</u>	<u>41.524</u>
Federais	39.076	33.039
Municipais	9.817	8.485
Remuneração de capitais de terceiros	<u>9.030</u>	<u>7.753</u>
Juros	7.382	6.261
Outras	1.648	1.492
Remuneração de capitais próprios	<u>63.148</u>	<u>53.447</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	1.079	1.123
Dividendos intermediários pagos	54.580	42.348
Constituição de reserva para dividendos	7.489	9.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bolsa de Valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas é como segue:

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.

- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.8. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.9. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.11. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.12. Provisões

- a) Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 16.

- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções (vide nota explicativa nº 15).

2.13. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e o serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a parte relacionada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.15. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e provisão para manutenção.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

2.18. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.

- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete as modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
 - b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 8,76% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 26.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados, para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,76% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	3.942	3.952
Aplicações financeiras-		
Compromissada (*)	<u>594</u>	<u>2.859</u>
Total	<u>4.536</u>	<u>6.811</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras compromissadas, remunerados em 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., no qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012 o valor aplicado nessa modalidade é de R\$0 (R\$272 em 31 de dezembro de 2011).

5. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	4.710	4.442
Pedágio eletrônico - outros	2.405	496
Cupons de pedágio	190	137
Receitas acessórias	<u>164</u>	<u>109</u>
	<u>7.469</u>	<u>5.184</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. Vide nota explicativa nº 14.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$759 (R\$774 em 31 de dezembro de 2011), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, classificados no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 25.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de R\$20.574 (R\$18.610 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos Municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao Município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacaréí, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2. A Companhia, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estão em processo de regulação pela companhia seguradora.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	1.042	930
Adições	386	279
Baixas	(501)	(459)
Atualização monetária	<u>220</u>	<u>292</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.147</u>	<u>1.042</u>

9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	1.832	555	386	48	6.303	1.985	11.109
Adições	1.640	153	128	-	-	884	2.805
Baixas	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Depreciações	(666)	(108)	(66)	-	(630)	(273)	(1.743)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>2.806</u>	<u>600</u>	<u>448</u>	<u>48</u>	<u>5.673</u>	<u>2.561</u>	<u>12.136</u>
Adições	1.009	84	54	-	-	2.342	3.489
Baixas	-	-	-	-	-	(88)	(88)
Transferências	-	-	-	-	-	(1.239)	(1.239)
Depreciações	(911)	(124)	(72)	-	(628)	(407)	(2.142)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>2.904</u>	<u>560</u>	<u>430</u>	<u>48</u>	<u>5.045</u>	<u>3.169</u>	<u>12.156</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	15,0	10,0	10,0	-	5,0	10,0	

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos (vide nota explicativa nº 13) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados encargos financeiros de R\$672 (R\$1.142 em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	82.972	-	295	83.267
Adições	2.288	23.126	37	25.451
Baixas	(271)	(1.403)	-	(1.674)
Transferências	17.340	(17.340)	-	-
Amortizações	(6.745)	-	(103)	(6.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	95.584	4.383	229	100.196
Adições	14.693	12.964	14	27.671
Transferências	7.315	(6.076)	-	1.239
Amortizações	(9.414)	-	(107)	(9.521)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>108.178</u>	<u>11.271</u>	<u>136</u>	<u>119.585</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A taxa de amortização em 31 de dezembro de 2012 é 7,20% (6,31% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	3.960	3.759
Juros capitalizados	(2.466)	(2.229)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	1.852	2.318
Outros	<u>311</u>	<u>305</u>
	3.657	4.153
	34%	34%
Total	<u>1.243</u>	<u>1.412</u>
Ativo diferido	<u>2.082</u>	<u>2.343</u>
Passivo diferido	<u>(839)</u>	<u>(931)</u>
Ativo diferido líquido	<u>1.243</u>	<u>-</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	-	468
2013	520	468
2014	520	468
2015	520	468
2016	<u>522</u>	<u>471</u>
	<u>2.082</u>	<u>2.343</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.044	80.265
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(32.315)	(27.290)
Juros sobre o capital próprio	367	382
Outros	<u>52</u>	<u>90</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(31.896)</u>	<u>(26.818)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - correntes	(31.728)	(25.379)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferidos	(168)	(1.439)

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto sobre faturamento:		
ISS	814	766
Cofins	490	460
PIS	106	100
ISS na fonte	103	114
Outros impostos	<u>289</u>	<u>368</u>
	<u>1.802</u>	<u>1.808</u>

13. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (a)	Outubro de 2013	109,0% do CDI	44.312	44.476
Capital de giro (c)	Dezembro de 2013	112,5% do CDI	26.116	-
Capital de giro (b)	Novembro de 2013	107,7% do CDI	35.312	6.213
Capital de giro (a)	Novembro de 2013	110,2% do CDI	-	<u>35.461</u>
			<u>105.740</u>	<u>86.150</u>

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	86.150	47.126
Captação de empréstimos	26.000	44.000
Encargos financeiros	7.383	6.261
Pagamento do principal	(5.500)	(5.500)
Pagamento de juros	<u>(8.293)</u>	<u>(5.737)</u>
Saldo final	<u>105.740</u>	<u>86.150</u>

- (a) Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados para capital de giro e compra de equipamentos operacionais. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB, de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro.

- (b) A Companhia através de um aditivo de contrato com o Banco Bradesco prorrogou o empréstimo de R\$35.000 para vencimento em novembro de 2013. Esse empréstimo não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados ao capital de giro. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

- (c) Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato com o Banco Itaú de CCB, de R\$26.000, com a finalidade de capital de giro. Para essa operação garantias não foram prestadas.

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>		<u>Ativo</u>			<u>Passivo</u>
		<u>Contas a receber</u>	<u>Créditos diversos</u>	<u>Intangível</u>	<u>Contas a pagar</u>
<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>				
Circulante:					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	-	2.926
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	100	8
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	2.040	148
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	4.710	-	-	-
Não circulante:					
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Controladora	-	-	-	1
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	3	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	-	<u>159</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>4.710</u>	<u>3</u>	<u>2.140</u>	<u>3.242</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>4.442</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>2.452</u>

Demonstração de resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	12.348	6.417
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	-	<u>13</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>12.348</u>	<u>6.430</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>13.400</u>	<u>4.693</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$18.765, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. para o exercício de 2012 foi de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R\$7.353, sem saldo de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em dezembro de 2012.
- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$4.710 tem vencimentos de até 45 dias, não está sujeito a juros nem à atualização monetária e não foram concedidas garantias.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações, contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas").

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R\$540 (R\$200 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e ordenados	213	-
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 17.c))	54	-
Previdência privada	9	8
Participação nos resultados	<u>174</u>	<u>156</u>
	<u>450</u>	<u>164</u>

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 8,76% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	22.609	7.146	-	29.755
Efeito a valor presente sobre a constituição	(4.450)	(1.658)	-	(6.108)
Realização da manutenção	(14.002)	-	-	(14.002)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>2.227</u>	<u>-</u>	<u>667</u>	<u>2.894</u>
	<u>6.384</u>	<u>5.488</u>	<u>667</u>	<u>12.539</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>1.512</u>
Não circulante	<u>6.384</u>			<u>11.027</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	29.755	8.772	-	-	38.527
Efeito a valor presente sobre a constituição	(6.108)	(1.547)	-	-	(7.655)
Realização da manutenção	(14.002)	-	(3.469)	-	(17.471)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>2.894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>867</u>	<u>3.761</u>
	<u>12.539</u>	<u>7.225</u>	<u>(3.469)</u>	<u>867</u>	<u>17.162</u>
Circulante	<u>1.512</u>				<u>8.361</u>
Não circulante	<u>11.027</u>				<u>8.801</u>

16. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores jurídicos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	2.170	916	(895)	603	2.794
Trabalhista (b)	<u>2.128</u>	<u>1.052</u>	<u>(2.863)</u>	<u>648</u>	<u>965</u>
	<u>4.298</u>	<u>1.968</u>	<u>(3.758)</u>	<u>1.251</u>	<u>3.759</u>
<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2012</u>
Cível (a)	2.794	367	(104)	244	3.301
Trabalhista (b)	<u>965</u>	<u>133</u>	<u>(500)</u>	<u>61</u>	<u>659</u>
	<u>3.759</u>	<u>500</u>	<u>(604)</u>	<u>305</u>	<u>3.960</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam R\$1.404 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.353 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2012, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$845 (R\$89 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social é de R\$15.600, representado por 15.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e funcionários do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Ecorodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e funcionários-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$54.

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(257.410)</u>	<u>(196.899)</u>	<u>-</u>	<u>(454.309)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>388.859</u>	<u>1.015.146</u>	<u>1.524.074</u>	<u>2.928.079</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	11 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	23 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	35 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	47 meses
		<u>2.775.990</u>		<u>19.325</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012 é de R\$3.039.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$64.555 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, dos quais R\$54.579 são referentes ao exercício de 2012 e R\$9.976 referentes ao lucro do exercício de 2011.

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$74 (R\$81 em 31 dezembro de 2011).

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	<u>63.301</u>	<u>53.447</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>63.301</u>	<u>53.447</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	54.579	42.348
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>1.079</u>	<u>1.123</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	<u>7.643</u>	<u>9.976</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	97.404	92.256
Pedágio por equipamento eletrônico	61.827	46.718
Pedágio em cupons e vale-pedágio	<u>36.417</u>	<u>29.957</u>
	195.648	168.931
Receita de construção	28.744	23.632
Receitas acessórias (*)	<u>1.079</u>	<u>1.423</u>
Receita bruta	225.471	193.986
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS	(16.998)	(14.703)
Receita líquida	<u>208.473</u>	<u>179.283</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal	9.852	7.597
Conservação e manutenção	10.647	12.152
Serviços de terceiros (*)	28.867	27.108
Seguros (vide nota explicativa nº 25)	1.149	1.198
Poder Concedente	2.222	2.181
Locação de imóveis e máquinas	1.058	1.021
Provisão para manutenção	7.225	5.488
Custos com construção	28.744	23.632
Depreciações e amortizações	11.663	8.591
Outros custos e despesas operacionais	<u>4.147</u>	<u>3.923</u>
	<u>105.574</u>	<u>92.891</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	87.726	77.558
Despesas gerais e administrativas	<u>17.848</u>	<u>15.333</u>
	<u>105.574</u>	<u>92.891</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções de R\$4.182 e serviços de consultoria e assessoria de R\$20.957.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.055	1.500
Outras	<u>120</u>	<u>110</u>
	<u>1.175</u>	<u>1.610</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(7.383)	(6.261)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(867)	(667)
Outras	<u>(780)</u>	<u>(825)</u>
	<u>(9.030)</u>	<u>(7.753)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.855)</u>	<u>(6.143)</u>

21. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>4,05</u>	<u>3,43</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>63.148</u>	<u>53.447</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>15.600</u>	<u>15.600</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

22. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia tem como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício de 31 de dezembro de 2012, a PLR foi de R\$389 (R\$349 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas de 102,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Os índices de endividamentos são os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	105.740	86.150
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.536)</u>	<u>(6.811)</u>
Dívida líquida	<u>101.204</u>	<u>79.339</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>26.417</u>	<u>28.696</u>
Índice de endividamento líquido	3,83	2,76

(i) A dívida é definida como empréstimos circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	3.942	3.942
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	7.469	7.469
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	594	594
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	3.623	3.623
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	105.740	106.756

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculados através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$4.710 (R\$4.442 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2013</u>
Capital de giro	108,97% do CDI	105.740

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>8.372</u>	<u>10.270</u>	<u>12.168</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	7,3%	9,13%	10,95%

(*) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

A referida taxa utilizada para as projeções de mercado foi extraída das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$66 (R\$56 em 31 de dezembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

25. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura R\$ mil</u>
“All Risk” - responsabilidade civil	Agosto de 2012 a agosto de 2013	174.087
Seguro-garantia	Novembro de 2012 a novembro de 2013	94.784
“All Risk” - perda de receita	Agosto de 2012 a agosto de 2013	184.706
“All Risk” - patrimoniais	Agosto de 2012 a agosto de 2013	453.040
“All Risk” - engenharia	Agosto de 2012 a agosto de 2013	15.914
Veículos	Fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013	Tabela Fipe

26. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	28.563	23.632
Custos de construção	<u>(28.563)</u>	<u>(23.632)</u>
	=====	=====

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

A Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Ecovia busca por meio de ações judiciais ter reconhecido em seu favor eventos que desequilibram o respectivo contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, a concessionária está atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.